

BANCO
inter

Informações
Trimestrais
em 30 de junho de
2018

bancointer.com.br



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores sobre a revisão de informações trimestrais	6
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados consolidadas	10
Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	12
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas	13
Demonstrações do valor adicionado consolidadas	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do período findo em 30 de junho de 2018. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) quando aplicável.

Banco Inter S.A.

O Banco Inter é um banco completamente digital e atua como líder na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferece um novo conceito de banco - ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independentemente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (fintechs). Os mais de 20 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e expertise para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência fintech, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e internet banking, oferecemos produtos próprios e produtos de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, consórcios, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, dentre outros.

Em 30 de junho de 2018, o Banco estava presente em mais de 5.000 municípios brasileiros, e possuía correntistas em 100% das cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. Além disso, a plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais evoluindo de 184,7 mil correntistas em 30 de junho de 2017 para 741,5 mil em 30 de junho de 2018, equivalente a 301,4% de crescimento no período.

No primeiro semestre de 2018 demos um passo importante para avançarmos ainda mais no nosso propósito de revolução bancária ao fazermos nossa Oferta Pública de Ações (*Initial Public Offering* - IPO), concretizada em 30 de abril de 2018.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 30 de junho de 2018, atingimos 741,5 mil correntistas digitais, continuamos implementando melhorias em nossa Conta Digital, lançando novos produtos, como o consórcio, e investindo em melhor experiência do usuário em nosso aplicativo. Durante o semestre, incrementamos o número de contas abertas por dia, chegando a abrir em média mais de 3,6 mil contas no mês de junho.

No primeiro semestre de 2018, o número de transações realizadas via app e internet banking totalizou 23,9 milhões, aumento expressivo de 499%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$ 13,7 bilhões no primeiro semestre de 2018, incremento de 186% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2018, o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$2,9 bilhões, variação positiva de 17,1% em relação a 30 de junho de 2017. A carteira de Crédito com garantia imobiliária totalizou R\$1,7 bilhão, crescimento de 21,9% comparado ao primeiro semestre de 2017, quando totalizava R\$1,4 bilhão. Já a carteira de Crédito Pessoa Física, composta de R\$832,6 milhões de Crédito Consignado e R\$27,2 milhões de Cartão de Crédito, apresentou um crescimento de 8,1% na comparação com o mesmo período de 2017, encerrando o semestre em R\$859,8 milhões. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, reduziu 24,3% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando R\$159,2 milhões.

Captação

Em junho de 2018, a captação total somou R\$3,3 bilhões, 10,4% superior ao montante de R\$3,0 bilhões registrados em junho de 2017. Os depósitos a prazo (CDB), Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras (LF), representaram 89,0% dos depósitos totais. Em junho de 2018, o saldo de LCIs emitidas registrou R\$1,5 bilhão, crescimento de 13,34% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Destaques Econômico-Financeiros

Lucro Líquido

No primeiro semestre de 2018, o Lucro Líquido atingiu R\$28,4 milhões, expansão de 27,6% em relação ao primeiro semestre de 2017. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, com destaque para o segmento imobiliário, cujo crescimento foi de 27,82% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (ROAE) no primeiro semestre de 2018 foi de 10,1%, redução de 2,5 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

No 1º semestre de 2018, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$147,1 milhões, 45,8% superior ao montante registrado no mesmo período de 2017.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas durante o primeiro semestre de 2018 somaram R\$119,6 milhões, um acréscimo de 50,6% em relação ao mesmo período de 2017, crescimento explicado pela expansão no número de clientes do Banco e do volume de operações.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$4,6 bilhões no encerramento do 1º semestre de 2018, evolução de 30,3% em comparação ao 1º semestre de 2017. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$2,9 bilhões em junho de 2018, um aumento de 17,1% nos últimos 12 meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2018, o Patrimônio Líquido atingiu R\$918,2 milhões, variação de 150,9% na comparação com o primeiro semestre de 2017, acréscimo expressivo em virtude da Oferta Pública Inicial de Ações Preferenciais realizada no primeiro semestre de 2018.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, encerrou o semestre em 3,0 vezes, redução de 3,5 vezes em relação a junho de 2017.

Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8,625% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter finalizou o semestre com um Índice de Basileia de 33,97% mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição.

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "BBB(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos e os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos meses.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular N° 3.068/2001 - Bacen

O Banco Inter declara ter títulos classificados na categoria "disponível para vendas", no montante de R\$349 milhões, marcados a valor de mercado.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM n° 381, o Banco e as empresas controladas não contrataram nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados a essas empresas que não os serviços de auditoria externa no primeiro semestre de 2018. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Além do recorrente reconhecimento que temos recebido de nossos clientes, temos a satisfação de compormos, pelo quinto ano consecutivo, o ranking das "Melhores Empresas para se Trabalhar" - GPTW, ocupando a 7ª posição entre as empresas mineiras.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2018.

A Administração

Para acessar o Release de Resultados detalhado, acesse ri.bancointer.com.br.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Inter S.A.
Belo Horizonte - Minas Gerais

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Inter S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

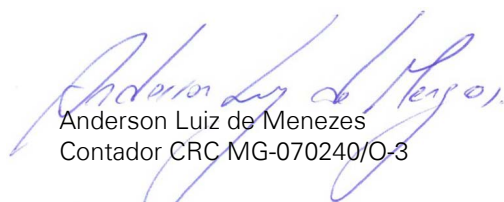
Outros assuntos

Demonstração do valo adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Disponibilidades	4	9.400	55.193
Aplicações interfinanceiras	5	1.156.431	503.040
Aplicações no Mercado Aberto		958.022	402.730
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		198.409	100.310
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	107.853	113.224
Carteira Própria		90.245	109.135
Vinculados à Prestação de Garantias		17.608	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	4.089
Relações interfinanceiras		68.966	1.717
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		22.357	33
Depósitos no Banco Central		46.609	1.684
Operações de crédito		719.617	576.910
Operações de crédito	7	745.739	659.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 d	(26.122)	(82.302)
Outros créditos	8	269.991	161.196
Carteira de Câmbio		1.278	1.738
Rendas a Receber		5.271	-
Diversos		265.939	162.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.497)	(2.910)
Outros valores e bens	9	59.662	14.969
Outros Valores e Bens		37.789	-
Despesas Antecipadas		21.873	14.969
Total do ativo circulante		2.391.920	1.426.249
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras	5	-	3.224
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	3.224
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	242.662	204.168
Carteira Própria		242.662	204.168
Operações de crédito		1.901.654	1.837.031
Operações de crédito	7	1.954.629	1.837.031
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 d	(52.975)	-
Outros créditos	8	20.540	16.132
Diversos		21.003	16.132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(463)	-
Outros valores e bens	9	61.028	83.833
Outros Valores e Bens		52.446	72.149
(Provisões para Desvalorizações)		(277)	(277)
Despesas Antecipadas		8.859	11.961
Total do realizável a longo prazo		2.225.884	2.144.388
Permanente			
Investimentos	10	1.105	1.105
No País		-	-
Outros Investimentos		1.105	1.105
Imobilizado de uso		6.511	5.536
Outras Imobilizações de Uso		14.527	12.949
(Depreciações Acumuladas)		(8.016)	(7.413)
Intangível		8.633	958
Ativos Intangíveis		8.848	997
(Amortização Acumulada)		(215)	(39)
Total do permanente		16.249	7.599
Total do ativo não circulante		2.242.133	2.151.987
Total do ativo		4.634.053	3.578.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

				Consolidado	
Passivo	Nota	30/06/2018		31/12/2017	
Circulante					
Depósitos	11a	832.527		625.594	
Depósitos à vista		352.026		230.386	
Depósitos interfinanceiros		-		2.000	
Depósitos a prazo		471.042		393.208	
Outros depósitos		9.459		-	
Recursos de aceites e emissão de títulos	11b	965.361		812.541	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		965.361		812.541	
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.895		-	
Relações interfinanceiras		76.049		-	
Relações interdependências		972		676	
Obrigações por empréstimos e repasse	12	1.455		1.376	
Obrigações por empréstimos		94		-	
Obrigações por repasse		1.361		1.376	
Obrigações por operações		47.219		10.149	
Outras obrigações	13	192.027		176.298	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.661		867	
Carteira de Câmbio		3.385		2.984	
Sociais e Estatutárias		16.429		7.224	
Fiscais e Previdenciárias		7.277		7.156	
Negociação e Intermediação de Valores		100		8	
Diversos		163.175		158.059	
Total do passivo circulante		2.117.505		1.626.634	
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Depósitos	11a	986.753		930.879	
Depósitos a prazo		986.753		930.879	
Recursos de aceites e emissão de títulos	11b	545.801		588.459	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		545.801		588.459	
Obrigações por empréstimos e repasse	12	31.882		33.442	
Obrigações por repasse		31.882		33.442	
Outras obrigações	13	19.967		14.751	
Diversas		19.967		14.751	
Resultados de Exercícios Futuros		12.917		-	
Total do exigível a longo prazo		1.597.320		1.567.531	
Patrimônio líquido					
	16				
Capital social		836.637		311.874	
Reserva de capital		791			
Reserva de lucros		81.125		73.336	
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		85		166	
(-) Ações em tesouraria		(432)		(2.284)	
Total do patrimônio líquido		918.206		383.092	
Participação não controladores nas controladas		1.022		979	
Total do passivo não circulante		2.516.548		1.951.602	
Total do passivo		4.634.053		3.578.236	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados consolidadas

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Consolidado				
	30/06/2018	Semestre 2018	30/06/2017	Semestre 2017	
Receitas da intermediação financeira					
Operações de crédito	7c	131.753	254.149	109.609	225.126
Rendas de operações de câmbio	7c	542	717	96	191
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.770	21.728	17.137	35.491
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	6.518	12.433	16.077	27.611
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		-	-	173	626
		152.583	289.027	143.092	289.045
Despesas da intermediação financeira					
Operações de captação no mercado	11c	(51.269)	(103.632)	(71.924)	(155.050)
Obrigações empréstimos e repasses		(434)	(879)	(592)	(1.384)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7d	(12.701)	(28.781)	(14.964)	(30.424)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		(493)	-	(835)	(1.288)
Operações com derivativos	6a	(4.535)	(8.603)	-	-
		(69.432)	(141.895)	(88.315)	(188.146)
Resultado bruto da intermediação financeira		83.151	147.132	54.777	100.899
Outras receitas (despesas) operacionais					
Rendas de prestação de serviços	18	12.833	25.538	7.276	13.628
Despesas de pessoal	19	(29.593)	(55.078)	(20.988)	(39.856)
Outras despesas administrativas	20	(35.021)	(64.564)	(20.971)	(39.604)
Despesas tributárias		(5.813)	(11.475)	(3.612)	(7.166)
Resultado de participações em controladas	10	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	21	7.365	15.230	2.928	5.462
Outras despesas operacionais	22	(5.126)	(8.221)	(2.169)	(8.308)
		(55.355)	(98.570)	(37.536)	(75.844)
Resultado operacional		27.796	48.562	17.241	25.055
Resultado não operacional	23	(4.414)	(7.295)	(1.445)	(5.468)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		23.382	41.267	15.796	19.587
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	3.882	(1.324)	(275)	(544)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(10.008)	(11.520)	466	3.224
		(6.126)	(12.844)	191	2.680
Resultado do Trimestre / exercícios		17.256	28.423	15.987	22.267
Lucro atribuível aos:					
Acionistas controladores		17.118	28.029	15.910	22.089
Acionistas não controladores		138	394	77	178
Resultado por ação básico – R\$		0,21	0,35	0,22	0,31
Resultado por ação diluído – R\$		0,21	0,34	0,22	0,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado			
	30/06/2018	Semestre 2018	30/06/2017	Semestre 2017
Resultado líquido do exercício	17.256	28.423	15.987	22.267
Outros resultados abrangentes do exercício				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(31)	(81)	353	377
Total de resultados abrangentes do exercício	17.225	28.342	16.340	22.644
Atribuição do resultado abrangente				
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	17.087	27.948	16.263	22.466
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	138	394	77	178
Total do resultado abrangente do exercício	17.225	28.342	16.340	22.644

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>									
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido do Banco	Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das Controladas	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	298.111	(2.004)	-	7.468	42.328	(355)	-	345.548	405	345.953
Aumento de capital	10.524	-	-	-	-	-	-	10.524	-	10.524
Resultado do trimestre	-	-	-	-	-	-	22.089	22.089	178	22.267
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.105	-	-	(1.105)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	8.675	-	(8.675)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (RS 0,17 por ação)	-	-	-	-	-	-	(12.309)	(12.309)	(29)	(12.338)
Ações em tesouraria	-	(194)	-	-	-	-	-	(194)	-	(194)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	377	-	377	-	377
Saldos em 30 de junho de 2017	308.635	(2.198)	-	8.573	51.003	22	-	366.035	554	366.589
Mutações do período	10.524	(194)	-	1.105	8.675	377	-	20.487	149	20.636
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.874	(2.284)	-	9.875	63.461	166	-	383.092	979	384.071
Aumento de capital	541.463	-	-	-	-	-	-	541.463	-	541.463
Custo na emissão de ações	(16.700)	-	-	-	-	-	-	(16.700)	-	(16.700)
Pagamentos baseados em ações	-	-	791	-	-	-	-	791	-	791
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	28.029	28.029	394	28.423
Destinações propostas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.401	-	-	(1.401)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	8.293	-	(8.293)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (RS 0,23 por ação)	-	-	-	-	-	-	(18.335)	(18.335)	(351)	(18.686)
Ações em tesouraria	-	1.852	-	-	(1.905)	-	-	(53)	-	(53)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(81)	-	(81)	-	(81)
Saldos em 30 de junho de 2018	836.637	(432)	791	11.276	69.849	85	-	918.206	1.022	919.228
Mutações do período	524.763	1.852	791	1.401	6.388	(81)	-	535.114	43	535.157

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas

Trimestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Elaborada pelo método indireto		
Atividades operacionais		
Resultado líquido	28.423	22.238
Provisão para imposto de renda	1.324	544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.781	30.423
Impostos diferidos	11.520	(2.998)
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	7.386	3.153
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	-
Resultado da variação cambial	(679)	-
Depreciações e amortizações	779	682
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	258	-
Outros ganhos e perdas de capital	2.142	-
Varição de ativos e passivos		
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(78.975)	302
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	8.800	(5.539)
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(236.111)	(96.196)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(126.247)	(63.300)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(21.888)	(7.815)
Redução/(Aumento) de depósitos	262.807	216.189
(Redução)/Aumento de obrigações por operações	37.070	12.036
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	110.132	130.965
(Redução)/Aumento de relações interdependências	296	127
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(1.481)	(874)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	1.895	-
(Redução)/Aumento de obrigações operações vendas e transferências	12.917	11.598
(Redução)/Aumento de outras obrigações	21.581	(3.080)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	70.730	248.455
Impostos e Contribuição Social Pagos	(8.925)	(358)
Atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(304)	420
Alienação de investimentos	32	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.578)	(526)
Aquisição de intangível	(7.851)	(4.766)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(616.806)	(64.473)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	583.630	-
Recebimento de dividendos	1.661	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(41.216)	(69.345)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	511.099	62
Compra de opções - Pagamentos baseados em ações	534	(194)
Recuperação de ações de tesouraria	(53)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(7.447)	(3.933)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	504.133	(4.065)
Aumento (redução) das disponibilidades	524.722	174.687
Disponibilidades no início do período	472.261	532.215
Disponibilidades no fim do período	997.662	706.902
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	(679)	-
Aumento (redução) das disponibilidades	524.722	174.687

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado consolidadas

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			
	30/06/2018	Semestre 2018	30/06/2017	Semestre 2017
1. Receitas	157.651	299.366	138.289	271.074
1.1 Intermediação financeira	160.189	302.995	147.602	297.575
1.2 Prestação de serviços	13.822	25.538	7.276	13.628
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(1.482)	-	(662)	(662)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(434)	(879)	(592)	(1.384)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.701)	(28.781)	(14.963)	(30.423)
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	2.671	7.788	1.073	(2.192)
1.7 Não operacionais	(4.414)	(7.295)	(1.445)	(5.468)
2. Despesas da intermediação financeira	55.804	112.235	71.924	155.051
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	41.071	75.616	24.543	46.543
3.1 Materiais, energias e outros	26.438	47.295	14.766	27.730
3.2 Serviços de terceiros	14.633	28.321	9.777	18.813
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	60.776	111.515	41.822	69.480
5. Retenções	(432)	(779)	(344)	(684)
Depreciações e amortizações	(432)	(779)	(344)	(684)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	60.344	110.736	41.478	68.796
7. Valor adicionado recebido em transferência	-	-	0	0
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	60.344	110.736	41.478	68.796
9. Distribuição do valor adicionado	60.344	110.736	41.478	68.796
9.1 Pessoal e encargos	29.593	55.078	19.373	38.240
9.2 Impostos, contribuições e taxas	11.938	24.319	3.420	4.485
9.3 Aluguéis	1.557	2.916	1.109	2.216
9.4 Juros sobre o capital próprio	11.870	18.334	6.155	12.309
9.5 Dividendos distribuídos	-	-	1.618	1.617
9.6 Resultado retido no trimestre	5.386	10.089	9.803	9.929

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de Banco Múltiplo.

O Banco Inter, banco digital multisserviços, com plataforma completa para pessoas físicas e jurídicas, atua em crédito com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Crédito para Empresas e Cartão de Crédito. A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF) e Depósito à vista.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
- **Resolução nº 3.873/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24.
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).
- **Resolução nº 4.424/2012** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios, exceto a prática contábil adotada a partir de 01 de janeiro de 2018 referente a classificação das operações de crédito vencidas em seu ativo circulante, assim como a segregação entre ativo circulante e não circulante para as provisões para crédito de liquidação duvidosa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 31 de julho de 2018.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 8 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		30/06/2018	31/12/2017
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	93%	95%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	84%	74%

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas

com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

g. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 909/1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

k. Ativo permanente

(i) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

(ii) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

l. Redução do valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação;
- Os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses.

Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite que consideramos a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

- O provisionamento trabalhista é realizado com base na liquidação dos pedidos julgados procedentes em sentença.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

n. Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no

exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

r. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

s. Pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	9.310	55.192	9.400	55.193
Aplicações interfinanceiras de liquidez*, vide Nota 5	988.261	417.069	988.262	417.069
Total de caixa e equivalentes de caixa	997.571	472.261	997.662	472.262

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações no mercado aberto		
Posição Bancada	958.022	402.731
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	391.010	370.514
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	567.012	31.001
Posição Financiada		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	1.216
Aplicações em depósitos interfinanceiros	198.409	103.533
CDI - Banco Ficsa S.A.	-	5.163
CDI - Banco Fidis S.A.	-	5.191
CDI - ABC do Brasil S.A.	11.753	-
CDI - Banco Bonsucesso S.A.	5.364	5.198
CDI - Banco Itaú S.A.	13.276	12.419
CDI - Banco Safra S.A.	5.131	-
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	60.484	-
CDI Rural - Banco BBM S.A.	2.006	-
CDI Rural - Banco Safra S.A.	95.377	65.153
CDI Rural - Bancoob	5.018	8.408
CDI Rural - Banco do Brasil S.A.	-	2.001
Total*	1.156.431	506.264
Circulante	1.156.431	503.040
Não circulante	-	3.224

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado				
30/06/2018				
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	
Aplicações em CDI	108.700	89.709	198.409	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	391.010	-	391.010	
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	567.012	-	567.012	
Total	1.066.722	89.709	1.156.431	

Controladora e Consolidado				
31/12/2017				
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em CDI	15.554	84.755	3.224	103.533
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	1.216	-	1.216
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	370.514	-	-	370.514
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	31.001	-	-	31.001
Total	417.069	85.971	3.224	506.264

Em 30 de junho de 2018, os saldos de títulos em posição bancada e o montante dos depósitos interfinanceiros com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$ 988.261 (2017: R\$ 417.069).

Os saldos de títulos em posição financiada referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

Controladora e Consolidado				
	2º trim 2018	Acumulado 2018	2º trim 2017	Acumulado 2017
Posição Bancada	11.271	17.437	15.324	31.865
Posição Financiada	177	260	-	-
Depósitos Interfinanceiros	2.322	4.031	1.813	3.626
Total	13.770	21.728	17.137	35.491

6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs) e também pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídas pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários do Banco.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Carteira própria	331.049	291.595	332.907	292.086
Títulos Públicos	237.757	230.329	237.802	230.329
Letras Financeiras do Tesouro	237.757	230.329	237.757	230.329
Notas do Tesouro Nacional	-	-	45	-
Títulos Privados	93.292	61.266	95.105	61.757
Certificados de Recebíveis Imobiliários	31.398	-	32.473	361
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	29	130
Cotas de Fundos de Investimento	61.279	61.266	61.279	61.266
Letra de crédito imobiliário	-	-	709	-
Letras financeiras	615	-	615	-
Vinculados a prestação de garantias	17.608	21.217	17.608	21.217
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro	17.608	21.217	17.608	21.217
Subtotal de títulos e valores mobiliários	348.657	312.812	350.515	313.303
Instrumentos financeiro derivativo	-	4.089	-	4.089
Swaps	-	4.089	-	4.089
Total	348.657	316.901	350.515	317.392
Circulante	107.144	113.202	107.853	113.224
Não circulante	241.513	203.699	242.662	204.168

Em 30 de junho de 2018 o Banco Inter apresentou obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$1.895 (2017: recebível no montante de R\$ 4.089).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de títulos e vencimento

	Controladora					Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
	30/06/2018						
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.250	-	47.697	162.418	-	255.365	255.445
Letras Financeiras - Não ligadas	-	615	-	-	-	615	615
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	31.398	-	-	31.398	31.398
Cotas de fundos de investimento	61.279	-	-	-	-	61.279	61.880
Total	106.529	615	79.095	162.418	-	348.657	349.338
				Total do circulante	107.144		
				Total do não circulante	241.513		

Controladora							
31/12/2017							
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de Aquisição Atualizado
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.992	43.855	46.229	115.701	41.769	251.546	252.067
Cotas de fundos de investimento	61.266	-	-	-	-	61.266	61.266
Total	65.258	43.855	46.229	115.701	41.769	312.812	313.333
					Total do circulante	109.113	
					Total do não circulante	203.699	
Consolidado							
30/06/2018							
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.250	-	47.697	162.418	-	255.365	255.475
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	45	45	45
Letras Financeiras - Não ligadas	-	615	-	-	-	615	615
Letra de crédito imobiliário	709	-	-	-	-	709	709
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	32.472	1	-	32.473	32.473
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	29	-	29	29
Cotas de fundos de investimento	61.279	-	-	-	-	61.279	61.880
Total	107.238	615	80.169	162.448	45	350.515	351.226
					Total do circulante	107.853	
					Total do não circulante	242.662	
Consolidado							
31/12/2017							
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de Aquisição atualizado
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.992	43.855	46.229	115.701	41.769	251.546	252.067
Certificados de recebíveis imobiliários	-	22	340	-	-	362	362
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	129	-	-	129	129
Cotas de fundos de investimento	61.266	-	-	-	-	61.266	61.266
Total	65.258	43.877	46.698	115.701	41.769	313.303	313.824
					Total do circulante	109.135	
					Total do não circulante	204.168	

- As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

Controladora				
	2º trimestre 2018	Acumulado 2018	2º trimestre 2017	Acumulado 2017
Rendas de títulos de renda fixa	4.638	9.023	6.393	13.408
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.048	1.772	1.599	3.390
Operação de Hedge	-	-	7.980	10.661
Total	5.686	10.795	15.972	27.459

	Consolidado			
	2º trimestre 2018	Acumulado 2018	2º trimestre 2017	Acumulado 2017
Rendas de títulos de renda fixa	5.470	10.661	6.498	13.560
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.048	1.772	1.599	3.390
Operação de Hedge	-	-	7.980	10.661
Total	6.518	12.433	16.077	27.611

Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

Em 30 de junho de 2018 o Banco Inter apresentou uma despesa com operação de hedge no montante de R\$8.603 (2017: rendas no montante de R\$10.661).

a. Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Inter participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros de operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro(DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de *swap* cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

Estas operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 30 de junho de 2018, o Banco Inter possui dois contratos de *swap* ativos, cada um deles com *Notional* de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrados na B3 sob os números 60421338 e 60421339, com vencimentos 5 de novembro de 2018 e 2 de janeiro de 2019, respectivamente. A operação de *swap* é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas. As operações de *swap* padronizadas são registradas na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento por esta.

O instrumento derivativo foi utilizado com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria

recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

As operações de *swap* do Banco Inter estão classificadas como *Hedge Accounting* (“*Fair Value Hedge*”), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de *hedge* (*swap*) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do semestre. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de *hedge* os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o *spread*, realizando *hedge* somente do risco específico da carteira.

(i) **Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação**

Controladora e Consolidado						
30/06/2018						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação <i>hedge</i> (*)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421338	50.000	62.048	62.169	62.048	62.881	833
60421339	50.000	62.048	62.204	62.048	63.109	1.061
Total	100.000	124.096	124.373	124.096	125.990	1.894
Controladora e Consolidado						
31/12/2017						
	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação <i>hedge</i> (*)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421337	50.000	60.179	57.693	60.179	58.871	1.308
60421338	50.000	60.179	57.317	60.179	58.573	1.606
60421339	50.000	60.179	57.298	60.179	59.004	1.175
Total	150.000	180.537	172.308	180.537	176.448	4.089

(*) os valores são classificados como ativo circulante.

No período findo em 30 de junho de 2018, a despesa de R\$8.603 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Operações com derivativos” (2017: “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos” receita de R\$10.661). Deste total, R\$1.894 (2017: R\$ 4.089) referem-se ao ganho na operação de *hedge* e R\$10.497 de perda na valorização a mercado das operações objeto de *hedge* (2017: ganho de R\$2.595).

(ii) **Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos futuros, foram Letras Financeiras do Tesouro, no montante de R\$17.608 (2017: R\$21.217).

7 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

Operações de crédito	30/06/2018	% carteira	31/12/2017	% carteira
Pessoa jurídica	159.224	5,53%	174.255	6,70%
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	279.876	9,72%	189.745	7,29%
Financiamentos imobiliários	930.450	32,33%	873.672	33,58%
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	469.812	16,32%	456.978	17,56%
Pessoa física	859.816	29,87%	792.911	30,48%
Ajuste de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	1.189	0,04%	8.682	0,34%
Subtotal de operações de crédito	2.700.367		2.496.243	
Total do circulante	745.739		659.212	
Total do não circulante	1.954.629		1.837.031	
Outros créditos com característica de concessão de crédito				
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Circulante (Nota 8)	168.352	5,85%	94.205	3,62%
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Não Circulante (Nota 8)	9.434	0,33%	11.279	0,43%
Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	177.786		105.484	
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	2.878.153	100%	2.601.727	100%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(26.122)		(82.302)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(52.975)		-	
Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.097)		(82.302)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (Nota 8)	(2.497)		(2.910)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (Nota 8)	(463)		-	
Total (-) Provisão para perdas com outros créditos	(2.960)		(2.910)	
Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(82.057)		(85.212)	
Total	2.796.096		2.516.515	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

30/06/2018

Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	4.165	62.544	54.143	38.372	159.224
Emprést. PJ garantia imobiliária	2.003	17.673	47.664	212.536	279.876
Financ. Imobiliários	9.462	28.020	69.802	823.166	930.450
Emprést. PF garantia Imobiliária	8.208	16.937	42.887	401.780	469.812
Pessoas físicas	31.613	163.517	185.911	478.775	859.816
Ajuste Op.crédito objeto de <i>hedge</i>	-	1.189	-	-	1.189
Total operação de crédito	55.451	289.880	400.407	1.954.629	2.700.367

Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Outros créditos com características de concessão de crédito	240	29.071	4.541	9.434	43.286
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	134.500	-	-	134.500
Total outros créditos com característica de op. de crédito	240	163.571	4.541	9.434	177.786
Total operação de crédito	55.691	453.451	404.948	1.964.063	2.878.153

31/12/2017

Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	8.032	63.574	52.396	50.253	174.255
Emprést. PJ garantia imobiliária	2.167	11.616	32.426	143.536	189.745
Financ. imobiliários	9.294	28.249	63.456	772.673	873.672
Emprést. PF garantia Imobiliária	7.685	17.178	40.093	392.022	456.978
Pessoas físicas	22.096	162.100	179.442	429.273	792.911
Ajuste Op.crédito objeto de <i>hedge</i>	-	8.682	-	-	8.682
Total operação de crédito	49.274	291.399	367.813	1.787.757	2.496.243

Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.291	23.297	8.196	11.279	44.063
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado lojista	-	61.421	-	-	61.421
Total outros créditos com característica de op. de crédito	1.291	84.718	8.196	11.279	105.484
Total operação de crédito	50.565	376.117	376.009	1.799.036	2.601.727

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica

	Percentual mínimo de provisão	30/06/2018		31/12/2017	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		410.799	-	384.283	-
A	0,50%	2.087.826	(10.439)	1.842.447	(9.212)
B	1,00%	157.798	(1.579)	151.926	(1.519)
C	3,00%	92.479	(2.774)	91.794	(2.754)
D	10,00%	39.932	(3.994)	31.997	(3.200)
E	30,00%	19.240	(5.772)	26.867	(8.060)
F	50,00%	19.220	(9.610)	16.706	(8.353)
G	70,00%	9.899	(6.929)	11.974	(8.382)
H	100,00%	40.960	(40.960)	43.733	(43.732)
Total		2.878.153	(82.057)	2.601.727	(85.212)

c.1 Composição PCLD por atividade econômica

	30/06/2018	31/12/2017
Pessoa jurídica	(5.152)	(9.049)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(1.841)	-
Financiamentos imobiliários	(24.250)	(25.690)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(15.298)	(17.348)
Pessoa física	(32.556)	(30.215)
Outros Créditos	(2.960)	(2.910)
Total	(82.057)	(85.212)

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018, o total de créditos recuperados foi de R\$ 15.943 (30 de junho de 2017: R\$ 11.548), o de créditos renegociados foi de R\$ 2.708 (30 de junho de 2017: R\$ 1.873) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$ 31.936 (30 de junho de 2017: R\$45.704).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(85.212)	(114.294)
Provisão constituída	(34.695)	(74.442)
Reversão de provisão	5.914	23.769
Baixas para prejuízo	31.936	79.755
Saldo final	(82.057)	(85.212)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8a)	(79.097)	(82.302)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 9)	(2.960)	(2.910)

e. Despesa de PCLD líquida de recuperações

	Controladora e Consolidado			
	2º trimestre 2018	Acumulado 2018	2º trimestre 2017	Acumulado 2017
Provisão constituída	(12.864)	(34.695)	(15.282)	(39.834)
Reversão de provisão	163	5.914	318	9.410
Despesa de PCLD líquida de recuperações	(12.701)	(28.781)	(14.964)	(30.424)

f. Rendas de operações de crédito

	Controladora e Consolidado			
	2º trimestre 2018	Acumulado 2018	2º trimestre 2017	Acumulado 2017
Pessoa jurídica	20.915	39.351	16.324	31.693
Financiamentos imobiliários	34.137	68.992	22.059	51.124
Empréstimos imobiliários	23.503	46.933	19.696	39.571
Pessoa física	49.499	96.898	48.250	100.346
Renda bruta de operações de crédito	128.054	252.174	106.329	222.734
Recuperação de créditos baixados	11.306	15.943	7.963	11.548
(-) Despesas de comissões pagas	(7.607)	(13.968)	(4.683)	(9.156)
Total	131.753	254.149	109.609	225.126

8 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Carteira de câmbio	1.277	1.738	1.277	1.738
Adiantamentos a terceiros	1.896	1.815	2.142	1.919
Imposto de renda a compensar	8.927	-	9.070	227
Devedores diversos (a)	57.649	34.911	59.176	34.937
Créditos tributários (d)	26.258	31.874	26.623	32.372
Cheques a receber	577	-	577	-
Bonificações a receber	5.271	-	5.271	-
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	134.500	61.421	134.500	61.421
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7) (b)	33.852	31.493	33.852	31.493
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	(2.497)	(2.910)	(2.497)	(2.910)
Total circulante	267.710	160.342	269.991	161.196
Créditos tributários (d)	10.562	2.669	10.562	2.669
Depósito em garantia (c)	1.007	893	1.007	893
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7) (b)	9.434	12.570	9.434	12.570
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	(463)	-	(463)	-
Total não circulante	20.540	16.132	20.540	16.132

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$ 48.667 (2017: R\$ 31.516), recompra de operações de crédito no valor de R\$ 3.818 (2017: R\$ 205) e outros valores R\$ 5.164 (2017: R\$ 3.192).
- (b) Referem-se à acordos com operações de crédito imobiliário e com pessoas jurídicas.
- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 879 (2017: R\$853); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 129 (2017: R\$ 39).
- (d) Os créditos tributários vencíveis em 2018 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização até 2019.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2018.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 7,12% a.a.), está descontado de R\$18.652, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 63.983 em 30 de junho de 2018.

Controladora			
30/06/2018			
Itens-base do diferimento	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.303
Provisão sob ações cíveis	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão bens não de uso próprio	277	277	124
Operações de <i>hedge</i>	2.067	2.067	930
Prejuízo fiscal	7.829	7.829	3.523
Base de cálculo	81.823	81.823	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.455	16.365	36.820
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	34.543
Constituição no período	32.948	32.948	14.827
Realização no período	(27.888)	(27.888)	(12.550)
Créditos tributários em 30 de junho de 2018	81.823	81.823	36.820
		Circulante	26.258
		Não circulante	10.562
Controladora			
31/12/2017			
Itens-base do diferimento	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	58.313	58.313	26.240
Provisão sob ações cíveis	9.954	9.954	4.479
Provisão sob processos trabalhistas	2.935	2.935	1.321
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
Prejuízo fiscal	5.284	5.284	2.378
Base de cálculo	76.763	76.763	34.543
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	19.191	15.352	34.543
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2016	86.677	86.677	39.005
Constituição no período	28.073	28.073	12.632
Realização no período	(37.987)	(37.987)	(17.094)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	34.543
		Circulante	31.874
		Não circulante	2.669

Consolidado			
30/06/2018			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.228	56.228	25.303
Provisão sob ações cíveis	2.805	2.805	1.262
Provisão sob processos trabalhistas	12.617	12.617	5.678
Provisão bens não de uso próprio	277	277	124
Provisão para outros créditos	2.067	2.067	930
Prejuízo fiscal	8.641	8.641	3.888
Base de cálculo	82.635	82.635	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	20.658	16.527	37.185
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	77.575	77.575	34.908
Constituição no período	32.948	32.948	14.827
Realização no período	(27.888)	(27.888)	(12.550)
Créditos tributários em 30 de junho de 2018	82.635	82.635	37.185
		Circulante	26.623
		Não circulante	10.562

Consolidado			
31/12/2017			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	58.313	58.313	26.240
Provisão sob ações cíveis	9.954	9.954	4.479
Provisão sob processos trabalhistas	2.935	2.935	1.321
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
Prejuízo fiscal	6.390	6.390	2.876
Base de cálculo	77.869	77.869	35.041
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	19.467	15.574	35.041
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2016	86.677	86.677	39.005
Constituição no período	28.073	28.073	13.130
Realização no período	(37.987)	(37.987)	(17.094)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	35.041
		Circulante	32.372
		Não circulante	2.669

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

Controladora						
30/06/2018						
Período	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	40.304	39.438	10.075	9.859	8.061	7.888
2019	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	58.350	56.689	14.588	14.172	11.670	11.338
Total do não circulante	23.473	6.509	5.867	1.627	4.695	1.302
Total geral	81.823	63.198	20.455	15.799	16.365	12.640

Controladora						
31/12/2017						
Período	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	70.832	55.534	17.708	13.884	14.166	11.107
2019	5.931	5.931	1.483	1.483	1.186	1.186
Total do circulante	70.832	55.534	17.708	13.884	14.166	11.107
Total do não circulante	5.931	5.931	1.483	1.483	1.186	1.186
Total geral	76.763	61.465	19.191	15.367	15.352	12.293

Consolidado						
30/06/2018						
Período	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	41.116	40.223	10.278	10.056	8.223	8.045
2019	41.519	23.760	10.380	5.940	8.304	4.752
Total do circulante	59.162	57.474	14.791	14.369	11.832	11.495
Total do não circulante	23.473	6.509	5.867	1.627	4.695	1.302
Total geral	82.635	63.983	20.658	15.996	16.527	12.797

Consolidado						
31/12/2017						
Período	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2018	71.938	55.534	17.984	13.884	14.388	11.108
2019	5.931	5.931	1.483	1.483	1.186	1.186
Total do circulante	71.938	55.534	17.985	13.884	14.388	11.107
Total do não circulante	5.931	5.931	1.482	1.483	1.186	1.187
Total geral	77.869	61.465	19.467	15.367	15.574	12.294

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado para o ano de 2018.

9 Outros valores e bens

<i>Bens não de uso próprio (a)</i>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio	87.526	69.514	87.526	69.514
Bens em regime especial	2.038	2.599	2.038	2.599
Estoque de materiais	671	35	671	35
Provisão para desvalorização	(277)	(277)	(277)	(277)
	89.958	71.871	89.958	71.871
 <i>Despesas antecipadas (b)</i>				
Despesas antecipadas correspondentes	15.205	20.326	15.205	20.326
Deságio na colocação de títulos	1.065	1.588	1.065	1.588
Outras despesas antecipadas	14.455	4.991	14.462	5.017
	30.725	26.905	30.732	26.931
Total	120.683	98.766	120.690	98.802
Circulante	59.655	14.943	59.662	14.969
Não circulante	61.028	83.833	61.028	83.833

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração.
- (b) As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.294/2013.

10 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	<u>Valor contábil</u>		<u>Resultado de Equivalência</u>	
					30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Intermedium promotora de vendas Ltda.	(a)	30	327	99,96%	-	-	-	80
Interdigital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	100	5.465	84%	4.591	2.562	477	456
Inter DTVM Ltda.	(a)	2.000	2.116	93%	1.968	1.487	3.902	(131)
Total					6.559	4.049	4.379	405
Outros Investimentos	(b)				1.105	1.105	-	-
Total geral Investimento					7.664	5.154	4.379	405

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas".

b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

11 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	Controladora					31/12/2017
	30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista	353.223	-	-	-	353.223	231.377
Depósitos interfinanceiros	1.182	-	-	-	1.182	2.000
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	992.225	1.463.267	1.330.763
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459	-
Total geral	373.216	168.272	293.418	992.225	1.827.131	1.564.140
Total do circulante					834.906	633.261
Total do não circulante					992.225	930.879

	Consolidado					31/12/2017
	30/06/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista	352.026	-	-	-	352.026	231.377
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	2.000
Depósitos a prazo	9.352	168.272	293.418	986.753	1.457.795	1.330.763
Outros depósitos	9.459	-	-	-	9.459	-
Total geral	370.837	168.272	293.418	986.753	1.819.280	1.564.140
Total do circulante					832.527	625.594
Total do não circulante					986.753	930.879

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

Controladora						
30/06/2018					31/12/2017	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	150.798	488.687	303.630	535.631	1.478.746	1.372.012
Letras de Crédito Agrícola	-	20.431	-	-	20.431	27.264
Letras Financeiras	-	-	1.815	10.170	11.985	1.754
Total geral	150.798	509.118	305.445	545.801	1.511.162	1.401.030
Total do circulante					965.361	812.571
Total do não circulante					545.801	588.459

Consolidado						
30/06/2018					31/12/2017	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	150.798	488.687	303.630	535.631	1.478.408	1.372.012
Letras de Crédito Agrícola	-	20.431	-	-	20.431	27.234
Letras Financeiras	-	-	1.815	10.170	11.985	1.754
Total geral	150.798	509.118	305.445	545.801	1.511.162	1.401.000
Total do circulante					965.361	812.541
Total do não circulante					545.801	588.459

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$14.482 (2017: R\$63.627) e são remuneradas à taxa média de 102% do CDI (2017: 104%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 98,2% do CDI (2017: 98,4%).

c. Despesas com operações de captação no mercado

Controladora				
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Despesas de captação				
Depósitos interfinanceiros	(93)	(137)	(30)	(263)
Depósitos à prazo	(24.594)	(49.896)	(42.012)	(89.978)
Letras de Crédito Imobiliário	(26.332)	(52.985)	(29.004)	(63.651)
Letras de Crédito Agrícola	(226)	(532)	(384)	(502)
Total	(51.245)	(103.550)	(71.430)	(154.394)
Despesas com obrigações por operações				
Letras Financeiras	(151)	(275)	(553)	(769)
Total	(151)	(275)	(553)	(769)
Total das despesas com captação no mercado	(51.396)	(103.825)	(71.983)	(155.163)

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Despesas de captação				
Depósitos interfinanceiros	(93)	(137)	(30)	(264)
Depósitos à prazo	(24.467)	(49.703)	(41.952)	(89.865)
Letras de crédito imobiliário	(26.332)	(52.985)	(29.004)	(63.651)
Letras de crédito agrícola	(226)	(532)	(385)	(501)
Total	(51.118)	(103.357)	(71.371)	(154.281)
Despesas com obrigações por operações				
Letras financeiras	(151)	(275)	(553)	(769)
Total	(151)	(275)	(553)	(769)
Total das despesas com captação no mercado	(51.269)	(103.632)	(71.924)	(155.050)

12 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	Controladora e Consolidado				
	30/06/2018				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	207	567	681	31.882	33.337
Total geral	207	567	681	31.882	33.337
Total do circulante					1.455
Total do não circulante					31.882
	31/12/2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	97	581	698	33.442	34.818
Total geral	97	581	698	33.442	34.818
Total do circulante					1.376
Total do não circulante					33.442

13 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Impostos devidos	7.897	6.359	7.897	6.359
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	59.471	38.962	62.353	41.357
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	1.042	2.517
Provisão para dividendos (nota 16d)	15.805	7.224	16.429	7.224
Operações de câmbio	3.385	2.984	3.385	2.983
Credores por recursos a liberar (c)	40.494	56.288	40.494	56.288
Parcelado lojista	63.981	61.421	63.981	61.421
Outras obrigações	100	-	112	-
Provisões para contingências (b)	16.301	13.741	16.301	12.900
Total	207.434	186.979	211.994	191.049
Circulante	187.467	172.228	192.027	176.298
Não circulante	19.967	14.751	19.967	14.751

- (a) Estes valores são representados principalmente por financiamentos a liberar no valor de R\$ 6.811 (2017: R\$ 4.596), cheque administrativo, no valor de R\$ 137 (2017: 5.638) e "Outros", no valor de R\$11.805 (2017: R\$ 7.419), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher;
- (b) Provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 15.422 (2017: R\$ 12.889), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17. compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$879 (2017: R\$ 853); cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 8); e
- (c) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

14 Transações com partes relacionadas

	Prazo médio	Taxa média	30/06/2018		31/12/2017	30/06/2017
			Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
Controlador (a)						
Captações (depósitos e letras)	6 a 36 meses	92 a 104% CDI	(62.896)	(2.538)	(90.682)	(2.348)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	1 a 61 meses	90 a 104% CDI	(32.369)	(1.095)	(6.674)	(1.103)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 61 meses	94 a 105% CDI	(5.961)	(276)	(3.336)	(557)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas Cotas securitizadora BZS	3 a 61 meses	90 a 110% CDI	(266.564)	(9.040)	(227.630)	(12.867) (662)

- (a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;
- (b) qualquer entidade sob controle da instituição;
- (c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;
- (d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

Todas as transações entre o Banco, suas controladas e partes relacionadas são efetuadas a preços, prazos e taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

Conforme legislação em vigor, o Banco e suas controladas não podem conceder operações de crédito para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, do Banco e suas controladas, quaisquer diretores ou administradores do Grupo, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco e suas controladas empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações preferenciais para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 24.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo 30 de junho de 2018 foi de, aproximadamente, R\$4.865 (30 de junho de 2017: R\$4.840) *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16 (d), do lucro do período findo em 30 de junho de 2018, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$18.335 (2017: R\$12.309).

15 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$56.228 (2017: R\$58.313), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2018, perfazia um montante de R\$25.303 (2017: R\$26.240).

Além disso, o Banco mantém bases de cálculo de créditos tributários relativas a: provisão para danos morais, no valor de R\$12.618 (2017: R\$9.954); provisões trabalhistas, no valor de R\$2.805 (2017: R\$2.935); provisão para desvalorização de bens não de uso próprio, no valor de R\$277 (2017: R\$277) e de relativo à prejuízo fiscal no valor de R\$7.829 (R\$5.284). O total destes créditos tributários é de R\$11.517 (2017: R\$8.302).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8 (d).

Controladora				
	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.416	39.416	18.978	18.978
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(18.334)	(18.334)	(12.309)	(12.309)
Equivalência patrimonial	(4.379)	(4.379)	(405)	(405)
PCLD, líquida	(1.899)	(1.899)	(23.689)	(23.689)
Custo na emissão de ações	(30.364)	(30.364)	-	-
Outras, líquidas	13.016	13.016	1.587	1.587
Base de cálculo	(2.544)	(2.544)	(15.838)	(15.838)
Alíquota efetiva (15% IR e 20% CSLL)	-	-	-	-
Alíquota adicional (10% IR)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(6.326)	(5.061)	1.728	1.383
Total	(6.326)	(5.061)	1.728	1.383
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(11.387)		3.111

Consolidado				
	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Apuração Lucro Real				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.397	40.397	18.302	18.302
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(18.334)	(18.334)	(12.309)	(12.309)
Equivalência patrimonial	(4.379)	(4.379)	(405)	(405)
PCLD, líquida	(1.899)	(1.899)	(23.689)	(23.689)
Prejuízo fiscal	(295)	(295)	-	-
Custo na emissão de ações	(30.364)	(30.364)	-	-
Outras, líquidas	13.016	13.016	1.587	1.587
Base de cálculo	(1.858)	(1.858)	(16.514)	(16.514)
Apuração Lucro Presumido				
Receita de serviços	9.024	9.024	4.805	4.805
Lucro presumido (32%)	2.888	2.888	1.538	1.538
Outras receitas	162	162	97	97
Base de cálculo Lucro Presumido	3.050	3.050	1.635	1.635
Alíquota efetiva (15% IR e 20% CSLL)	(561)	-	-	-
Alíquota adicional (10% IR)	(351)	-	(158)	-
Alíquota efetiva lucro presumido (15% IR e 9% CSLL)	-	(412)	(240)	(147)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.400)	(5.120)	1.792	1.433
Total	(7.312)	(5.532)	1.394	1.286
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(12.844)		2.680

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2018 (2017: não houve).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 12 de março de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária e Especial de Preferencialistas o desdobramento das ações integrantes do capital social do Banco na razão de 6 (seis) ações em substituição a cada 1 (uma) ação naquela data existente, respeitadas as respectivas espécies. Após o desdobramento, foi também aprovada a conversão de 11.520.186 ações preferenciais em 11.520.186 ações ordinárias, assim como a conversão de 1.300.254 ações ordinárias em 1.300.254 ações preferenciais.

No dia 26 de abril de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social do Banco, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 541.463, mediante a emissão em decorrência da oferta primária de 29.268.294 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No dia 30 de abril de 2018 o Banco Inter concretizou sua Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais. As ações do Banco foram ofertadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$ 18,50 por ação. Foi captado um total de R\$ 656.319, dos quais R\$ 541.463 foram destinados ao Banco Inter pela emissão primária de ações, com geração de caixa líquido de despesas com comissões, honorários e impostos, no valor de R\$ 511.099. Os custos com a emissão de ações totalizaram R\$16.700, líquidos dos efeitos tributários.

A oferta consistiu na distribuição primária de 29.268.294 novas ações preferenciais de emissão do Banco e na distribuição secundária de 6.208.426 ações preferenciais de emissão do Banco e de titularidade dos Acionistas Vendedores. A liquidação da oferta ocorreu no dia 03 de maio de 2018 mediante a entrega de Units aos investidores, sendo desmembradas em ações preferenciais no dia 11 de maio de 2018.

Em 26 de junho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em até R\$10.090 mediante a emissão de até 844.468 novas ações, sendo até 425.094 ações ordinárias e até 419.374 ações preferenciais, devendo os acionistas elegíveis exercer seu direito de preferência na subscrição das novas ações no período compreendido entre 05 de julho de 2018 (inclusive) ao dia 06 de agosto de 2018 (inclusive) ("Período de Subscrição").

Em 30 de junho de 2018 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 100.126.630 ações nominativas, sendo 50.341.992 ordinárias e 49.784.638 preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido	28.029	22.089
Reserva Legal	1.401	1.105
JSCP pagos e provisionados	18.335	12.309
Reserva estatutária	8.293	8.675

Em 26 de junho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$11.870. Em 30 de junho de 2018 o saldo provisionado a título de Juros sobre o Capital Próprio era de R\$18.335 (30 de junho de 2017: R\$12.309).

	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no exercício	7.224	0,10	24.618	0,34
Juros sobre capital próprio à pagar	18.335	0,23	10.917	0,15
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(2.529)	(0,03)	(3.693)	(0,05)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	15.805	0,20	7.224	0,10

e. Ações em tesouraria

Em 31 de março de 2018, a Administração do Banco optou por recomprar 1.260 ações, totalizando 650.100 ações preferenciais mantidas em tesouraria.

Em 02 de abril de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária e assembleia geral especial de preferencialistas o cancelamento de 530.000 ações preferenciais nominativas mantidas em tesouraria pelo Banco, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2018 o Banco mantém 120.100 ações preferenciais nominativas em tesouraria. O saldo dessas ações em 30 de junho de 2018 é de R\$ 432 (2017: R\$ 2.284).

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 85 (2017: R\$ 166) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos de investimentos, que são marcados a mercado.

g. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	28.029	22.089
Número médio de ações	80.497	71.388
Lucro por ação básico (R\$)	0,35	0,31
Lucro por ação diluído (R\$)	0,34	0,31

Para fins de comparabilidade, o número médio de ações e cálculo do lucro por ação apresentados anteriormente foram alterados na razão de 6 ações a cada 1 ação para demonstrar o desdobramento das ações ocorrido em 2018.

17 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$ 14.778 (2017: R\$ 13.741), registrada sob a rubrica "outras obrigações", conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 (c). Vide movimentação dos saldos no item "b.1".

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.817	7.199	798	10.814
Constituições/atualizações	685	2.468	29	3.182
Pagamentos/reversões	(685)	(1.176)	-	(1.861)
Saldo em 30 de junho de 2017	2.817	8.491	827	12.135
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.935	9.953	853	13.741
Constituições/atualizações	678	7.643	26	8.347
Pagamentos/reversões	(809)	(4.978)	-	(5.787)
Saldo em 30 de junho de 2018	2.804	12.618	879	16.301

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento

(dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$879, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.

- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em junho de 2018:

Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.891; juros, de R\$19.469 - Total de R\$49.660.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 Cofins

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2018: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.403 - Total de R\$3.909.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até junho de 2018: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$ 4.260 - Total de R\$8.455.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.
- **COFINS:** Principal, no valor de R\$10.026; juros e encargos, de R\$ 13.494 - Total de R\$23.520.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$ 11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$11.454 - Total de R\$31.075

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$273, juros de R\$620 - Total de R\$2.260.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$ 77 - Total de R\$765

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$ 6.603; juros R\$ 5.174 - Total de R\$20.581.

Aguarda-se remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para julgamento do recurso voluntário interposto.

18 Rendas de prestação de serviço

	Controladora			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Rendas de tarifas bancárias	1.263	2.286	548	1.125
Outros serviços	544	893	359	731
Taxas de gestão e estruturação	478	1.859	1.128	1.726
Rendas de intercâmbio	4.052	6.686	785	1.253
Taxas de cadastro crédito imobiliário	860	1.862	724	1.120
Taxas de cadastro empréstimos PJ	1.117	2.190	1.105	2.245
Outras rendas de prestação de serviço	2	4	6	11
Total	8.316	15.780	4.655	8.211

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Rendas de tarifas bancárias	1.263	2.286	548	1.125
Outros serviços	5.061	10.651	2.980	6.148
Taxas de gestão e estruturação	478	1.859	1.128	1.726
Rendas de intercâmbio	4.052	6.686	785	1.253
Taxas de cadastro crédito imobiliário	860	1.862	724	1.120
Taxas de cadastro empréstimos PJ	1.117	2.190	1.105	2.245
Outras rendas de prestação de serviço	2	4	6	11
Total	12.833	25.538	7.276	13.628

19 Despesas de Pessoal

	Controladora			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Salários	(9.637)	(17.731)	(6.981)	(13.399)
Remuneração da diretoria e do conselho de administração	(2.738)	(4.865)	(2.045)	(4.840)
Encargos sociais e previdenciários	(4.565)	(8.219)	(3.199)	(6.247)
Participação nos lucros	(2.675)	(4.305)	(2.293)	(2.938)
Despesas de férias e 13º salário	(1.966)	(3.673)	(1.339)	(2.554)
Benefícios	(3.282)	(6.219)	(2.340)	(4.570)
Outros	(2.348)	(4.170)	(828)	(1.489)
Total	(27.211)	(49.182)	(19.025)	(36.037)

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Salários	(10.152)	(18.695)	(7.371)	(14.175)
Remuneração da diretoria e do conselho de administração	(4.089)	(8.735)	(3.102)	(6.876)
Encargos sociais e previdenciários	(4.796)	(8.677)	(3.407)	(6.655)
Participação nos lucros	(2.755)	(4.484)	(2.391)	(3.133)
Despesas de férias e 13º salário	(2.061)	(3.864)	(1.433)	(2.747)
Benefícios	(3.384)	(6.430)	(2.450)	(4.775)
Outros	(2.356)	(4.193)	(834)	(1.495)
Total	(29.593)	(55.078)	(20.988)	(39.856)

20 Outras despesas administrativas

	Controladora			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Prestação de serviços	(1.244)	(3.317)	(988)	(1.980)
Processamento de dados	(11.033)	(17.795)	(5.013)	(10.624)
Aluguel	(1.531)	(2.870)	(1.091)	(2.171)
Comunicação	(2.124)	(3.724)	(1.192)	(2.107)
Despesas bancárias	(6.059)	(10.233)	(2.095)	(3.713)
Serviços técnicos especializados	(4.714)	(8.802)	(2.950)	(5.208)
Propaganda e publicidade	(4.536)	(9.711)	(3.522)	(6.016)
Manutenção e conservação de bens	(1.079)	(2.139)	(1.007)	(2.318)
Despesas cartoriais e judiciais	(599)	(1.058)	(399)	(583)
Outros	(1.697)	(4.228)	(2.490)	(4.406)
Total	(34.616)	(63.877)	(20.747)	(39.126)

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Prestação de serviços	(1.262)	(3.362)	(1.002)	(2.067)
Processamento de dados	(11.189)	(18.009)	(5.062)	(10.706)
Aluguel	(1.560)	(2.921)	(1.109)	(2.216)
Comunicação	(2.139)	(3.751)	(1.200)	(2.128)
Despesas bancárias	(6.097)	(10.309)	(2.095)	(3.713)
Serviços técnicos especializados	(4.751)	(8.871)	(2.964)	(5.222)
Propaganda e publicidade	(4.558)	(9.743)	(3.533)	(6.030)
Manutenção e conservação de bens	(1.089)	(2.152)	(1.008)	(2.321)
Despesas cartoriais e judiciais	(599)	(1.059)	(400)	(583)
Outros	(1.777)	(4.387)	(2.598)	(4.618)
Total	(35.021)	(64.564)	(20.971)	(39.604)

21 Outras receitas operacionais

	Controladora			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Recuperação de encargos e despesas	728	3.461	802	1.384
Tarifas de avaliações	1.036	1.860	1.135	2.228
Receita de portabilidade	276	397	250	446
Rendas de títulos e créditos a receber	827	1.478	-	-
Receitas de performance	3.912	7.230	-	-
Outras rendas	180	398	740	1.393
Total	6.959	14.824	2.927	5.451

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Recuperação de encargos e despesas	728	3.461	803	1.385
Tarifas de avaliações	1.036	1.860	1.135	2.228
Receita de portabilidade	276	397	250	446
Rendas de títulos e créditos a receber	827	1.478	-	-
Receitas com cartões	3.913	7.230	-	-
Outras rendas	585	804	740	1.403
Total	7.365	15.230	2.928	5.462

22 Outras despesas operacionais

	Controladora			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Amortização e depreciação	(429)	(774)	(336)	(670)
Descontos concedidos	(763)	(1.455)	(669)	(5.050)
Despesas com portabilidade	108	(92)	(16)	(114)
Despesa tarifa de saque cartão	(2.179)	(3.665)	(442)	(697)
Outras despesas com cartão	(797)	(1.242)	(251)	(388)
Despesas com câmbio	(683)	(988)	(160)	(287)
Outras despesas	(772)	(1.591)	(372)	(1.098)
Total	(5.515)	(9.807)	(2.246)	(8.304)

	Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Amortização e depreciação	(432)	(779)	(343)	(684)
Descontos concedidos	(763)	(1.455)	(669)	(5.050)
Despesas com portabilidade	108	(92)	(16)	(114)
Despesa tarifa de saque cartão	(2.179)	(3.665)	(442)	(697)
Outras despesas com cartão	(797)	(1.242)	(251)	(388)
Despesas com câmbio	(683)	(988)	(160)	(287)
Outras despesas	(380)	-	(288)	(1.088)
Total	(5.126)	(8.221)	(2.169)	(8.308)

23 Resultado não operacional

	Controladora e Consolidado			
	2º Trimestre 2018	Acumulado 2018	2º Trimestre 2017	Acumulado 2017
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	(7)	(52)	(443)	(2.328)
Outros ganhos (perdas) de capital	(156)	143	-	-
Provisão para contingências	(4.251)	(7.386)	(1.015)	(3.153)
Outras despesas	-	-	13	13
Total	(4.414)	(7.295)	(1.445)	(5.468)

24 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na

valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira *tranche*, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as *tranches* de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$3,68.

Para as *tranches* de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 76.000 (setenta e seis mil) ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco *tranches*, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$ 4,62, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3 (três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 16, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. Para fins de comparabilidade, as informações correspondentes abaixo demonstradas foram atualizadas para refletir este desdobramento e a atual posição dos planos.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$ 2,63	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$ 4,62	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$ 5,42	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o período findo em 30 de junho de 2018 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Movimentações 30/06/2018 (Ações)						
Plano	Colaboradores	Qtd	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas Saldo Final
2		16	979.728	-	105.120	300.888 573.720
3		20	588.000	-	22.800	1.500 563.700
4		25	1.675.488	-	-	- 1.675.488
			3.243.216	-	127.920	302.388 2.812.908
Preço Médio Pond. das Ações			R\$ 4,75	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42 R\$ 4,90

Movimentações 31/12/2017 (Ações)						
Plano	Colaboradores	Qtd	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas Saldo Final
2		17	979.728	-	91.080	300.888 587.760
3		20	588.000	-	22.800	1.500 563.700
			1.567.728	-	113.880	302.388 1.151.460
Preço Médio Pond. das Ações			R\$ 3,44	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42 R\$ 4,14

Outras Informações						
Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)	
2	573.720	633	455	1	3	
3	563.700	33	984	4	6	
4	1.675.488	-	-	5	7	

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

25 Gestão de Riscos

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Banco Inter possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico www.bancointer.com.br, na seção Gestão de Riscos.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira da Instituição. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Fator de risco		IGPM	IPCA	PRÉ	CARTEIRA TOTAL
MtM em normalidade		1.137.048			
Choques por bases points					
-50 bps	CENÁRIO 3	1.145.651	1.149.045	1.148.813	1.169.413
-25 bps	CENÁRIO 2	1.141.314	1.142.978	1.142.899	1.153.097
-1 bps	CENÁRIO 1	1.137.217	1.137.282	1.137.281	1.137.685
+1 bps	CENÁRIO 1	1.136.878	1.136.813	1.136.815	1.136.411
+25 bps	CENÁRIO 2	1.132.849	1.131.249	1.131.256	1.121.259
+50 bps	CENÁRIO 3	1.128.717	1.125.579	1.125.524	1.105.726

Valores em milhares de reais

Fonte: Sistema Basileia e Mercado

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

Adicionalmente, afim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o Patrimônio de referência (PR), executamos testes de sensibilidade, em que avaliamos:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

Fator de Risco	Percentil (mil)			
	1 - 1 ano	99 - 1 ano	1 - 5 anos	99 - 5 anos
Cupom de Euro	14,12	(38,53)	(24,46)	(56,67)
Euro	(573,25)	(27,22)	(1.064,78)	(12,76)
Número índice IGP-M	(25.141,25)	(1.478,47)	(88.717,65)	(4.421,01)
Cupom de IGP-M	22.294,13	3.582,34	22.592,06)	(26.339,93)
Número índice IPCA	(12.984,37)	(641,89)	(94.314,31)	(2.333,70)
Cupom de IPCA	28.128,17	(3.573,86)	26.416,53	(39.016,41)
PRÉ	(36.976,78)	(10.971,02)	34.894,81	(109.651,76)
Cupom de TR	374,43	(116,69)	337,51	(825,29)
USD	(337,66)	(9,09)	(759,80)	84,90

- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Fator de Risco	Variação % do Patrimônio		
	5%	10%	20%
Cupom de IGP-M	3,11%	7,00%	19,26%
Cupom de IPCA	2,17%	4,87%	12,79%
PRÉ	2,52%	5,36%	12,07%

c. **Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco Inter trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

d. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

O Banco Inter realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, seja no monitoramento, seja na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço:

<http://ri.bancointer.com.br>.

e. **Ouvidoria**

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências

recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

f. Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.577/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular nº 3.714/2014, alterou artigos da Circular nº 3.644/2013, impactando o Índice de Basileia e, conseqüentemente, aumentando as suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

DLO - Documento de Limites Operacionais

Índice basiléia

Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao RWA

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência para comparação com o rwa	926.426	378.386
Patrimônio de referência (pr)	926.426	378.386
Ativos ponderados por risco (rwa)	2.727.353	2.206.190
Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - rwa _{cpad}	2.207.077	1.786.295
Rwa para risco de mercado	63.180	74.603
Rwa para risco operacional por abordagem padronizada - rwa _{opad}	457.097	345.292
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	691.192	174.314
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa (pre)	235.234	204.073
Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	762.785	246.015
Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	926.426	378.386
Patrimônio de referência nível i	926.426	378.386
Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	163.641	132.371
Margem sobre o capital principal requerido	803.695	279.108
Capital principal para comparação com rwa	926.426	378.386
Capital principal - cp	926.426	378.386
Capital principal mínimo requerido para o rwa	122.731	99.279
Margem sobre o pr considerando a r _{ban}	568.903	130.613
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa e para rban	306.385	220.196
Valor correspondente ao r _{ban}	71.151	16.123
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao capital complementar	139.776	113.067
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível ii	122.731	99.279
Adicional de capital principal mínimo requerido para o rwa	51.138	27.577
Adicional de conservação de capital principal (acpconservação)	51.138	27.577
Rwa público não bancário	100.876	657.198
Margem sobre o adicional de capital principal	640.054	146.736
Índice de basiléia:	33,97%	17,15%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Banco e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Banco Inter.

26 Eventos subsequentes

Em 02 de julho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a eleição do Sr. Rafael Alves Rodrigues para compor o quadro de diretores do Banco. A posse do Diretor ora eleito está sujeita à aprovação pelo Banco Central, após o que será investido no respectivo cargo.

Não houve outros eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas informações trimestrais.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-presidentes

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Luiz Carlos de Menezes

Sebastião Luiz da Silva

Contador responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3